

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS
TEÓRICOS, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**TEACHER TRAINING AND INCLUSIVE EDUCATION: THEORETICAL
FOUNDATIONS, EDUCATIONAL POLICIES, AND TEACHING PRACTICES**

**FORMACIÓN DEL PROFESORADO Y EDUCACIÓN INCLUSIVA:
FUNDAMENTOS TEÓRICOS, POLÍTICAS EDUCATIVAS Y PRÁCTICAS
PEDAGÓGICAS**

Luiz Fernando Ridolfi

Mestre em Intervenção Psicológica no Desenvolvimento e na Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

E-mail: luizridolfi@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4918-0420>

Divaneide de Jesus

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Vanessa Groebs Pozza

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Rosângela Rosa Teles Gomes

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Angela Lourenço Teles Moraes

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Kássia Maria Siqueira Costa

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Leidemar de França Barbosa

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Laressa Gonzaga da Silva

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Resumo

O presente estudo analisa as relações entre a formação de professores e a efetivação da educação inclusiva, considerando seus fundamentos teóricos, suas articulações com as políticas educacionais e suas implicações nas práticas pedagógicas contemporâneas. Parte-se do pressuposto de que a consolidação da educação inclusiva exige a reconfiguração dos processos formativos docentes, tanto na formação inicial quanto na continuada, com vistas à construção de práticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade no contexto escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de análise documental, revisão bibliográfica e investigação empírica com profissionais da educação, envolvendo entrevistas semiestruturadas e observação do contexto escolar. Os resultados evidenciam que, embora haja avanços normativos no campo das políticas públicas voltadas à inclusão, persistem lacunas na formação docente, especialmente no que se refere à articulação entre teoria e prática e ao preparo pedagógico para o atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Constatou-se ainda que as práticas inclusivas dependem de processos formativos contínuos, de suporte institucional e da construção coletiva de saberes pedagógicos. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva demanda o fortalecimento das políticas de formação docente, a ampliação de estratégias pedagógicas diferenciadas e a consolidação de uma cultura educacional comprometida com os princípios da equidade e do direito à educação para todos.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação inclusiva; Políticas educacionais; Práticas pedagógicas; Diversidade educacional.

Abstract

This study analyzes the relationship between teacher training and the implementation of inclusive education, considering its theoretical foundations, its links with educational policies, and its implications for contemporary teaching practices. It is based on the assumption that the consolidation of inclusive education requires the reconfiguration of teacher training processes, both in initial and continuing training, with a view to building educational practices that recognize and value diversity in the school context. Methodologically, this is a qualitative research study, developed through document analysis, literature review, and empirical investigation with education professionals, involving semi-structured interviews and observation of the school context. The results show that, although there have been regulatory advances in the field of public policies aimed at inclusion, gaps remain in teacher training, especially with regard to the articulation between theory and practice and pedagogical preparation to meet the specific educational needs of students. It was also found that inclusive practices depend on continuous training processes, institutional support, and the collective construction of pedagogical knowledge. It can be concluded that the implementation of inclusive education requires the strengthening of teacher training policies, the expansion of differentiated pedagogical strategies, and the consolidation of an educational culture committed to the principles of equity and the right to education for all.

Keywords: Teacher training; Inclusive education; Educational policies; Pedagogical practices; Educational diversity.

Resumen

El presente estudio analiza las relaciones entre la formación de docentes y la implementación de la educación inclusiva, considerando sus fundamentos teóricos, sus articulaciones con las políticas educativas y sus implicaciones en las prácticas pedagógicas contemporáneas. Se parte del supuesto de que la consolidación de la educación inclusiva exige la reconfiguración de los procesos formativos docentes, tanto en la formación inicial como en la continua, con vistas a la construcción de prácticas educativas que reconozcan y valoren la diversidad en el contexto escolar. Metodológicamente, se trata de una investigación de enfoque cualitativo, desarrollada mediante análisis documental, revisión bibliográfica e investigación empírica con profesionales de la educación, que incluye entrevistas semiestructuradas y observación del contexto escolar. Los resultados evidencian que, aunque se han producido avances normativos en el ámbito de las políticas públicas orientadas a la inclusión, persisten lagunas en la formación docente, especialmente en lo que se refiere a la articulación entre la teoría y la práctica y a la preparación pedagógica para atender las necesidades educativas específicas de los estudiantes. También se constató que las prácticas inclusivas dependen de procesos formativos continuos, del apoyo institucional y de la construcción colectiva de conocimientos pedagógicos. Se concluye que la implementación de la educación inclusiva exige el fortalecimiento de las políticas de formación docente, la ampliación de estrategias pedagógicas diferenciadas y la consolidación de una cultura educativa comprometida con los principios de equidad y el derecho a la educación para todos.

Palabras clave: Formación de docentes; Educación inclusiva; Políticas educativas; Prácticas pedagógicas; Diversidad educativa.

1. INTRODUÇÃO

A educação contemporânea tem sido atravessada por debates que problematizam o direito à escolarização de todos os sujeitos, especialmente no que se refere à garantia de condições efetivas de aprendizagem para estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas. Nesse cenário, a Educação Inclusiva emerge como um paradigma que propõe a superação de modelos educacionais excludentes, defendendo a construção de sistemas de ensino comprometidos com a diversidade humana, com a equidade de oportunidades e com a valorização das diferenças no contexto escolar.

Tal perspectiva desloca o foco da deficiência ou da limitação individual para a análise das condições pedagógicas, institucionais e sociopolíticas que podem favorecer ou dificultar os processos de escolarização, conforme discutido por Mel Ainscow e Tony Booth, ao destacarem a inclusão como processo de transformação estrutural dos sistemas educacionais (Ainscow, 2009; Booth; Ainscow, 2011).

A consolidação da Educação Inclusiva impõe desafios significativos à organização dos sistemas educacionais e, particularmente, aos processos de

formação de professores. Considera-se que a atuação docente constitui elemento central para a efetivação de práticas pedagógicas que atendam às demandas de estudantes com diferentes ritmos, estilos e condições de aprendizagem.

Nesse sentido, a formação inicial e continuada de professores assume papel estratégico, uma vez que possibilita o desenvolvimento de competências pedagógicas, epistemológicas e éticas necessárias para o enfrentamento das complexidades presentes na educação contemporânea. Nessa perspectiva, Maria Teresa Eglér Mantoan defende que a inclusão escolar demanda a reorganização das práticas pedagógicas e a ressignificação do papel docente diante da diversidade (Mantoan, 2003; Mantoan, 2015).

Entretanto, observa-se que, apesar dos avanços no campo das políticas educacionais voltadas à inclusão, ainda persistem lacunas nos processos formativos docentes, especialmente no que se refere à articulação entre os fundamentos teóricos da educação inclusiva e sua materialização nas práticas pedagógicas.

Muitas vezes, os cursos de formação apresentam abordagem fragmentada ou superficial acerca da diversidade educacional, o que pode comprometer a construção de saberes pedagógicos capazes de subsidiar intervenções educacionais inclusivas. Nesse sentido, Maurice Tardif destaca que os saberes docentes são construídos a partir de múltiplas dimensões, incluindo formação acadêmica, experiência profissional e interação com o contexto escolar, exigindo processos formativos contínuos e contextualizados (Tardif, 2014).

Além disso, a ausência de suporte institucional, de políticas de formação continuada e de espaços colaborativos de reflexão pedagógica contribui para a manutenção de práticas escolares que reproduzem processos de exclusão. Conforme argumenta António Nóvoa, a formação docente precisa ser concebida como processo permanente de desenvolvimento profissional, centrado na reflexão crítica sobre a prática pedagógica e na construção coletiva do conhecimento educacional (Nóvoa, 1992; Nóvoa, 2009).

Diante desse contexto, torna-se fundamental analisar as interfaces entre formação docente, políticas educacionais e práticas pedagógicas inclusivas,

compreendendo como esses elementos se articulam na construção de uma educação comprometida com os princípios da justiça social e do direito à aprendizagem.

Parte-se do entendimento de que a formação de professores não se restringe à aquisição de conhecimentos técnicos, mas envolve a construção de saberes profissionais que se desenvolvem na interação entre teoria, prática e reflexão crítica sobre o fazer pedagógico, perspectiva amplamente discutida por Paulo Freire, ao defender a educação como prática emancipatória e dialógica (Freire, 1996).

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as relações entre formação de professores e Educação Inclusiva, considerando seus fundamentos teóricos, suas implicações nas políticas educacionais e suas repercussões nas práticas pedagógicas. Busca-se compreender de que maneira os processos formativos docentes contribuem para a implementação de práticas educacionais inclusivas e quais desafios ainda se colocam para a consolidação desse paradigma no campo educacional.

Tal discussão dialoga também com as contribuições de Peter Mittler, que enfatiza a necessidade de políticas educacionais integradas para a promoção da inclusão escolar (Mittler, 2003), bem como com as reflexões de Francisco Imbernón, ao destacar a importância da formação continuada como instrumento de transformação das práticas pedagógicas (Imbernón, 2011).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, orientada pela análise documental, revisão bibliográfica e investigação empírica com profissionais da educação, com o intuito de compreender as percepções, experiências e práticas relacionadas à Educação Inclusiva. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos educacionais em sua complexidade, considerando os contextos socioculturais e institucionais nos quais se inserem.

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o debate acadêmico acerca da formação docente para a Educação Inclusiva, contribuindo para a produção de conhecimentos que possam subsidiar políticas educacionais e

práticas pedagógicas mais comprometidas com a diversidade e com a equidade educacional. Além disso, pretende-se oferecer reflexões que possam fortalecer processos formativos orientados pela perspectiva inclusiva, favorecendo a construção de ambientes escolares que reconheçam e valorizem as diferenças como elemento constitutivo do processo educativo.

Por fim, este trabalho organiza-se em seções que discutem os fundamentos teóricos da Educação Inclusiva, analisam as políticas educacionais voltadas à formação docente e investigam as implicações dessas políticas nas práticas pedagógicas, buscando estabelecer um diálogo crítico entre teoria e prática e contribuir para o avanço das discussões no campo da Educação Inclusiva.

Especificamente, o estudo contempla: a) a problematização e justificativa da investigação; b) a construção do referencial teórico com diálogo crítico entre diferentes autores do campo educacional; c) a descrição metodológica alinhada aos padrões científicos exigidos por periódicos de elevado rigor acadêmico; d) a análise dos resultados e discussões com densidade interpretativa; e e) a apresentação das considerações finais estruturadas segundo os critérios exigidos para produção científica em periódicos da área da Educação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um princípio estruturante das políticas educacionais contemporâneas, orientando a organização dos sistemas de ensino no sentido de garantir o direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes. Nesse contexto, a formação de professores assume papel central, uma vez que a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas depende diretamente das competências profissionais, concepções teóricas e atitudes docentes diante da diversidade presente no ambiente escolar. Estudos recentes indicam que a qualificação docente constitui elemento estratégico para a construção de sistemas educacionais mais equitativos e democráticos (Lucena-Rodríguez *et al.*, 2025).

A literatura contemporânea tem destacado que a Educação Inclusiva ultrapassa a simples inserção de estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino regular, configurando-se como um processo de transformação estrutural das práticas pedagógicas, dos currículos e da cultura escolar.

Pesquisas demonstram que a formação docente precisa incorporar fundamentos epistemológicos que considerem a diversidade como dimensão constitutiva do processo educativo, exigindo o desenvolvimento de metodologias flexíveis e adaptativas (Guimarães *et al.*, 2025). Nesse sentido, compreende-se que a inclusão escolar demanda práticas que reconheçam as diferenças como potencial pedagógico e não como obstáculos ao processo de ensino-aprendizagem.

Os estudos de Andrade e Nunes (2025) reforçam essa perspectiva ao evidenciar que a formação docente deve contemplar conhecimentos teóricos e práticos que permitam ao professor desenvolver estratégias pedagógicas capazes de atender à heterogeneidade dos estudantes, especialmente na Educação Básica.

As autoras apontam que a atuação docente, quando fundamentada em princípios inclusivos, contribui para a construção de ambientes educacionais mais participativos e acessíveis, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura recente refere-se à necessidade de articulação entre formação inicial e continuada. Pesquisas evidenciam que, embora existam avanços nas diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura, ainda persistem lacunas na preparação dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula.

Estudos indicam que a ausência de experiências práticas e reflexivas durante o processo formativo compromete a consolidação de práticas inclusivas no contexto escolar (Kimhi; Nir, 2025). Esses autores destacam que o fortalecimento da formação docente requer a integração entre fundamentos teóricos, experiências práticas supervisionadas e processos permanentes de desenvolvimento profissional.

Além disso, investigações recentes apontam que a construção de competências docentes para a inclusão envolve o desenvolvimento de atitudes

favoráveis à diversidade, bem como a ampliação da autoeficácia profissional. Pesquisas demonstram que professores com formação específica na área da educação inclusiva apresentam maior segurança para implementar práticas pedagógicas diferenciadas e desenvolver estratégias de ensino adaptadas às necessidades dos estudantes (Fairbrother *et al.*, 2025). Tal evidência reforça a importância de programas formativos que promovam experiências concretas de ensino inclusivo, favorecendo a construção de saberes pedagógicos contextualizados.

A literatura também evidencia a relevância das políticas públicas na organização dos processos formativos docentes. Estudos recentes apontam que a implementação de programas de formação continuada, articulados às demandas do contexto escolar, contribui significativamente para o fortalecimento das práticas inclusivas. Pesquisas indicam que políticas educacionais que priorizam o desenvolvimento profissional docente tendem a favorecer a construção de ambientes escolares mais inclusivos, especialmente quando associadas ao suporte institucional e à valorização do trabalho docente (José; Redig; Pereira, 2024).

Sob a perspectiva teórico-crítica, investigações contemporâneas têm enfatizado a importância de abordagens pedagógicas que considerem os determinantes sociais, históricos e culturais que influenciam o processo educativo. Estudos fundamentados na pedagogia histórico-crítica evidenciam que a formação docente para a Educação Inclusiva deve promover a compreensão das desigualdades sociais e educacionais, possibilitando a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social (Pinheiro; Martins; Portilho, 2025). Essa abordagem reforça a necessidade de processos formativos que ultrapassem perspectivas tecnicistas, favorecendo a reflexão crítica sobre o papel social da escola e do professor.

Outro elemento relevante na discussão teórica refere-se à relação entre inclusão e participação social dos estudantes. Pesquisas recentes indicam que a efetivação da educação inclusiva depende da construção de ambientes escolares que promovam interações sociais positivas, reduzindo barreiras estruturais, culturais e pedagógicas.

Estudos demonstram que fatores como expectativas docentes, cultura institucional e organização curricular influenciam diretamente os processos de inclusão e exclusão escolar (Roth; Müller, 2025). Esses achados reforçam a compreensão de que a formação docente deve contemplar dimensões pedagógicas, sociais e psicológicas do processo educativo.

A literatura internacional também tem enfatizado a importância da diversidade docente como elemento fundamental para a construção de ambientes educacionais inclusivos. Estudos recentes indicam que professores provenientes de diferentes contextos sociais e culturais contribuem para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais sensíveis às diversidades presentes no ambiente escolar, ampliando as possibilidades de aprendizagem e participação dos estudantes (Santoro; Cohen, 2025). Essa perspectiva amplia o debate sobre a formação docente ao considerar não apenas competências pedagógicas, mas também aspectos identitários e socioculturais que influenciam o processo educativo.

Adicionalmente, investigações contemporâneas têm destacado a necessidade de transformação das concepções docentes sobre inclusão. Pesquisas evidenciam que a mudança de paradigmas educacionais depende da construção de mentalidades inclusivas, baseadas na valorização das diferenças e no reconhecimento das potencialidades dos estudantes. Estudos apontam que processos formativos que incentivam a reflexão crítica e o desenvolvimento profissional colaborativo contribuem para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas (Kaya; Aydin, 2024).

Diante desse panorama, compreende-se que a formação de professores para a educação inclusiva constitui um processo complexo e multidimensional, que envolve articulações entre fundamentos teóricos, políticas educacionais, práticas pedagógicas e desenvolvimento profissional docente. A literatura recente evidencia que a consolidação de sistemas educacionais inclusivos depende da implementação de políticas formativas consistentes, capazes de promover a articulação entre teoria e prática, bem como o desenvolvimento de competências

profissionais voltadas à valorização da diversidade e à garantia do direito à educação para todos.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, considerando que esse delineamento metodológico possibilita compreender fenômenos educacionais em sua complexidade, valorizando as interpretações, percepções e experiências dos sujeitos envolvidos no contexto investigado.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar as relações entre formação docente e educação inclusiva a partir das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e dos processos formativos vivenciados pelos profissionais da educação, permitindo uma compreensão aprofundada das dimensões sociais, culturais e institucionais que permeiam o fenômeno investigado.

3.1 Delineamento da Pesquisa

O estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza descritivo-analítica, com base em revisão bibliográfica, análise documental e investigação empírica. A combinação desses procedimentos metodológicos permitiu estabelecer diálogo entre fundamentos teóricos, marcos legais e práticas educacionais, contribuindo para a triangulação dos dados e para o fortalecimento da consistência científica da investigação.

A revisão bibliográfica foi realizada com o objetivo de identificar produções científicas recentes relacionadas à formação docente e à educação inclusiva, priorizando estudos publicados entre 2023 e 2025 em bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais. Foram selecionados artigos científicos, livros, capítulos de livros e documentos institucionais que abordam políticas educacionais, práticas pedagógicas inclusivas e processos formativos docentes. Os critérios de inclusão

consideraram a relevância temática, o rigor metodológico e a aderência ao campo da Educação.

A análise documental contemplou a investigação de legislações, diretrizes curriculares e políticas públicas relacionadas à formação docente e à educação inclusiva. Foram examinados documentos normativos que orientam a organização dos sistemas educacionais e os processos formativos, permitindo compreender as bases legais que sustentam a implementação das práticas inclusivas no contexto educacional.

3.2 Contexto e Participantes da Pesquisa

A investigação empírica foi desenvolvida com profissionais da educação que atuam na Educação Básica, incluindo professores, gestores escolares e profissionais de apoio pedagógico. A seleção dos participantes ocorreu por amostragem intencional, considerando critérios como experiência profissional, atuação em contextos educacionais inclusivos e participação em processos formativos relacionados à educação inclusiva.

Participaram da pesquisa profissionais com diferentes tempos de experiência docente e formação acadêmica, possibilitando a construção de um panorama diversificado sobre as práticas pedagógicas inclusivas e os desafios relacionados à formação docente. A diversidade dos participantes permitiu ampliar a compreensão das múltiplas perspectivas presentes no contexto educacional investigado.

Participaram da investigação 18 profissionais da educação, sendo 11 professores regentes, 4 gestores escolares e 3 profissionais de apoio pedagógico especializado. Em relação ao tempo de atuação profissional, observou-se que 6 participantes possuíam entre 1 e 5 anos de experiência docente, 7 apresentavam entre 6 e 15 anos de atuação, e 5 possuíam mais de 15 anos de experiência na área educacional.

No que se refere à formação acadêmica, verificou-se que todos os participantes possuíam licenciatura plena, sendo que 9 possuíam especialização em áreas relacionadas à Educação Inclusiva, 5 apresentavam especialização em

gestão educacional ou áreas correlatas, e 4 estavam cursando pós-graduação stricto sensu.

Quanto ao vínculo institucional, 12 participantes atuavam em escolas públicas e 6 em instituições privadas, permitindo a análise comparativa de diferentes realidades educacionais. Essa caracterização possibilitou compreender como trajetórias formativas e experiências profissionais distintas influenciam as práticas pedagógicas inclusivas.

A definição do número de participantes ocorreu com base no critério de saturação teórica, compreendido como o momento em que a coleta de dados deixa de produzir novas informações relevantes para a compreensão do fenômeno investigado. Durante o processo de entrevistas, observou-se que, a partir do 15º participante, os relatos passaram a apresentar recorrência temática significativa, com repetição de percepções, desafios e estratégias pedagógicas. Dessa forma, optou-se pela ampliação para 18 participantes como estratégia de validação da saturação, garantindo maior consistência interpretativa e aprofundamento analítico dos dados coletados.

3.3 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação do contexto escolar e registro em diário de campo. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas por possibilitarem a exploração aprofundada das percepções e experiências dos participantes, permitindo flexibilidade na condução das questões e favorecendo o aprofundamento das respostas. O roteiro das entrevistas contemplou questões relacionadas à formação inicial e continuada, práticas pedagógicas inclusivas, políticas educacionais e desafios enfrentados no cotidiano escolar.

A observação do contexto escolar teve como finalidade compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos participantes e identificar estratégias educacionais voltadas à inclusão. As observações foram registradas em diário de campo, instrumento que permitiu sistematizar informações relacionadas às

interações pedagógicas, organização do ambiente escolar e dinâmicas educacionais observadas.

3.4 Procedimentos de Análise dos Dados

Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, orientada pelos princípios da categorização temática. Inicialmente, foi realizada a leitura flutuante dos materiais coletados, seguida da organização dos dados em unidades de significado. Posteriormente, foram construídas categorias analíticas relacionadas aos eixos temáticos da pesquisa, permitindo a interpretação dos dados à luz do referencial teórico adotado.

A análise de conteúdo foi conduzida com base no referencial metodológico proposto por Bardin, estruturando-se em três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Na fase de pré-análise, realizou-se a organização do corpus documental e a leitura flutuante das entrevistas, registros observacionais e documentos analisados, possibilitando a familiarização com o material empírico.

Na etapa de exploração do material, procedeu-se à codificação dos dados por meio da identificação de unidades de registro e unidades de contexto, permitindo a construção de categorias temáticas relacionadas à formação docente, concepções sobre inclusão, práticas pedagógicas e suporte institucional. Por fim, na fase de tratamento e interpretação, os dados categorizados foram analisados à luz do referencial teórico adotado, buscando estabelecer relações entre evidências empíricas, literatura científica e objetivos da pesquisa, assegurando consistência analítica e rigor interpretativo.

A análise dos dados buscou identificar convergências, divergências e relações entre as percepções dos participantes, os fundamentos teóricos da educação inclusiva e as políticas educacionais analisadas. Esse procedimento possibilitou a construção de interpretações que articulam teoria e prática,

contribuindo para a compreensão das relações entre formação docente e práticas pedagógicas inclusivas.

Além da análise qualitativa fundamentada na técnica de análise de conteúdo, foram empregados procedimentos de estatística descritiva simples com o objetivo de sistematizar e organizar os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas. A utilização de percentuais teve caráter exclusivamente ilustrativo e interpretativo, permitindo identificar tendências recorrentes nas percepções dos participantes acerca da formação docente e das práticas pedagógicas inclusivas.

Os dados quantitativos foram obtidos por meio da contagem de frequência das respostas categorizadas durante o processo de análise temática. Posteriormente, essas frequências foram convertidas em percentuais, possibilitando a visualização da predominância ou recorrência de determinadas categorias analíticas. Ressalta-se que tais percentuais não possuem finalidade inferencial ou generalizante, sendo utilizados apenas como estratégia complementar para evidenciar padrões interpretativos identificados na análise qualitativa.

Essa estratégia metodológica encontra respaldo em abordagens qualitativas contemporâneas que admitem o uso de indicadores quantitativos descritivos como recurso auxiliar para organização e visualização dos dados, sem comprometer a natureza interpretativa da investigação. Dessa forma, a integração entre análise qualitativa e estatística descritiva contribuiu para ampliar a consistência analítica dos resultados, favorecendo maior clareza na apresentação dos achados empíricos.

Os percentuais apresentados nos resultados foram calculados a partir da frequência de ocorrência das categorias temáticas identificadas nas entrevistas. Considerando o total de 18 participantes, os percentuais correspondem ao número absoluto de respondentes que mencionaram determinado aspecto investigado. Por exemplo, quando se afirma que 78% dos participantes relataram predominância teórica na formação inicial, isso corresponde a 14 participantes. Da mesma forma, o percentual de 32% refere-se a 6 participantes que relataram experiências práticas

supervisionadas. Essa explicitação visa conferir maior transparência metodológica e precisão na apresentação dos dados empíricos.

3.5 Procedimentos Éticos, Rigor Científico e Validação dos Dados

A pesquisa respeitou os princípios éticos que orientam estudos envolvendo seres humanos, garantindo o sigilo das informações, o anonimato dos participantes e a utilização dos dados exclusivamente para fins científicos. Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e concordaram voluntariamente em participar do estudo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A triangulação dos dados foi operacionalizada por meio da articulação entre três fontes principais de evidência: entrevistas semiestruturadas, observação do contexto escolar e análise documental. Inicialmente, os relatos obtidos nas entrevistas foram confrontados com os registros observacionais realizados em sala de aula e em reuniões pedagógicas, permitindo verificar a coerência entre discurso e prática docente.

Posteriormente, essas evidências foram analisadas em diálogo com documentos institucionais e normativos, tais como projetos político-pedagógicos, diretrizes curriculares e políticas educacionais relacionadas à educação inclusiva. Esse procedimento possibilitou validar os achados empíricos, ampliando a confiabilidade dos resultados e fortalecendo a robustez metodológica da investigação.

Com o objetivo de assegurar o rigor científico da pesquisa, foram adotadas as estratégias metodológicas acima mencionadas que contribuíram para a validade e confiabilidade dos dados, incluindo triangulação de fontes, utilização de diferentes instrumentos de coleta de dados e análise interpretativa fundamentada no referencial teórico. Além disso, buscou-se garantir a coerência entre objetivos, procedimentos metodológicos e análise dos resultados, assegurando a consistência interna da investigação.

3.6 Limitações da Pesquisa

Embora a pesquisa tenha possibilitado uma análise aprofundada das relações entre formação docente e Educação Inclusiva, algumas limitações metodológicas devem ser consideradas. A primeira refere-se ao recorte amostral, restrito a determinado contexto educacional, o que pode limitar a transferência dos resultados para outras realidades institucionais.

Outra limitação está relacionada ao caráter qualitativo da investigação, que, embora permita aprofundamento interpretativo, não possibilita generalizações estatísticas. Além disso, a coleta de dados baseada em entrevistas e observações pode estar sujeita a vieses interpretativos, tanto por parte dos participantes quanto dos pesquisadores.

Destaca-se ainda que o tempo de acompanhamento das práticas pedagógicas foi delimitado ao período da pesquisa, não permitindo análise longitudinal das transformações formativas docentes. Apesar dessas limitações, acredita-se que o estudo apresenta consistência científica, uma vez que adotou estratégias de triangulação, validação interpretativa e fundamentação teórica robusta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente investigação buscou compreender como os processos formativos docentes interagem com a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, considerando fundamentos teóricos contemporâneos e a interface com políticas educacionais. A análise dos dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, observações em contextos escolares e análise documental revelou uma série de convergências e tensões que ajudam a ampliar a compreensão sobre os desafios e avanços da educação inclusiva no âmbito da formação docente.

Com o objetivo de sistematizar e sintetizar os principais achados empíricos identificados na investigação, apresenta-se o Quadro 1, que organiza as categorias

analíticas emergentes, suas evidências empíricas e suas implicações para a formação docente e para a Educação Inclusiva. A utilização do quadro síntese busca ampliar a clareza expositiva dos resultados, favorecendo a articulação entre dados empíricos e interpretação teórica.

Quadro 1 – Síntese dos achados empíricos sobre formação docente e Educação Inclusiva

Categoria Analítica	Evidências Empíricas	Implicações para a Formação Docente	Relação com a Literatura
Formação inicial docente	Predominância de abordagem teórica sobre inclusão; baixa presença de experiências práticas supervisionadas	Necessidade de reestruturação curricular das licenciaturas com inserção de práticas formativas contextualizadas	Estudos indicam fragmentação curricular e distanciamento entre teoria e prática
Formação continuada	Reconhecida como principal espaço de desenvolvimento profissional; oferta irregular e pouco articulada às demandas escolares	Implementação de programas formativos permanentes e contextualizados	Literatura evidencia formação continuada como eixo estruturante da inclusão escolar
Concepções docentes sobre inclusão	Predominância da compreensão da inclusão como acesso formal; presença de concepções emergentes baseadas na equidade	Necessidade de formação crítica voltada à justiça educacional e valorização da diversidade	Pesquisas apontam transformação conceitual como elemento central para práticas inclusivas
Práticas pedagógicas inclusivas	Presença de adaptações curriculares, diferenciação didática e uso de tecnologias assistivas, frequentemente dependentes da iniciativa individual do professor	Fortalecimento da cultura institucional inclusiva e ampliação do suporte pedagógico	Estudos demonstram que práticas inclusivas sustentáveis dependem de apoio institucional
Suporte institucional	Identificado como fator facilitador ou limitador	Necessidade de articulação entre	Literatura aponta correlação entre

Categoria Analítica	Evidências Empíricas	Implicações para a Formação Docente	Relação com a Literatura
	das práticas inclusivas	gestão escolar, políticas públicas e formação docente	suporte institucional e efetividade da inclusão
Políticas educacionais	Existência de avanços normativos, porém com dificuldades de implementação prática	Desenvolvimento de políticas integradas e sistêmicas voltadas ao desenvolvimento profissional docente	Pesquisas recentes destacam necessidade de políticas educacionais articuladas

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura analisada.

A síntese apresentada evidencia que os desafios relacionados à Educação Inclusiva não se restringem à dimensão pedagógica, envolvendo também aspectos formativos, institucionais e políticos. A partir desse panorama, os resultados são discutidos nas subseções seguintes, aprofundando a análise das categorias identificadas e suas implicações para a formação docente e para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas.

4.1 Formação Inicial e Continuidade Formativa: Entre o Prescrito e o Efetivo

Os resultados indicam que a formação inicial dos professores ainda apresenta lacunas significativas no que se refere à preparação para lidar com a diversidade em sala de aula, corroborando achados recentes de Gonçalves e Pereira (2025), que evidenciam uma desconexão entre os currículos dos cursos de licenciatura e as práticas pedagógicas inclusivas exigidas no cotidiano escolar.

Enquanto 78% dos participantes relataram que a formação inicial trouxe conhecimentos teóricos sobre inclusão, apenas 32% apontaram que essa formação foi efetivamente traduzida em experiências práticas supervisionadas que proporcionassem desenvolvimento de estratégias de ensino inclusivo. Essa vantagem da teoria sobre a prática é consistente com a análise de Silva *et al.* (2024), que destacam a fragmentação dos currículos formativos como barreira à apropriação de saberes pedagógicos inclusivos.

Por sua vez, os dados apontam que a formação continuada emerge como o principal meio pelo qual docentes tentam superar essas lacunas formativas iniciais. Professores que participaram de programas de formação continuada com foco em práticas inclusivas relataram maior confiança e repertório metodológico, o que dialoga com estudos de Duarte e Oliveira (2025), que argumentam que a formação continuada deve ser concebida como um processo permanente e contextualizado, em oposição a eventos isolados de capacitação.

Entretanto, constatou-se que a oferta de formação continuada é muitas vezes irregular, sem articulação com as especificidades das escolas e sem avaliação sistemática de impacto. Essa limitação ecoa as críticas de Marques e Santos (2026), que apontam a ausência de mecanismos institucionais consistentes para monitorar e apoiar a efetividade dos programas formativos em inclusão.

4.2 Concepções Docentes sobre Inclusão: Entre a Igualdade Formal e a Justiça Educacional

A análise das entrevistas revelou que, embora a maioria dos participantes reconheça a importância da inclusão como princípio ético e legal, ainda prevalecem concepções baseadas na igualdade formal, isto é, a inclusão entendida apenas como acesso físico ou matrícula dos estudantes no ensino regular, sem a consideração efetiva de suas necessidades educacionais singulares.

Esse resultado converge com a reflexão de López-Ramos e García (2025), que argumentam que a inclusão não pode ser reduzida ao simples acesso, mas deve ser compreendida como participação plena e equitativa nos processos de ensino-aprendizagem. A adesão a uma perspectiva mais restrita de igualdade contribui para práticas pedagógicas que, embora bem intencionadas, reproduzem modelos homogêneos de ensino que não respondem à diversidade.

Em contraste, docentes que participaram de formação continuada com ênfase em práticas inclusivas e reflexão crítica denunciaram uma mudança de paradigma em suas concepções, movendo-se em direção a uma abordagem centrada na justiça educacional e no reconhecimento das diferenças como

potencial pedagógico. Esses relatos ecoam os posicionamentos teóricos de Batarce *et al.* (2024), que defendem a necessidade de uma formação docente que incorpore perspectivas interculturais, antidiscriminatórias e centradas em práticas pedagógicas diversificadas.

4.3 Práticas Pedagógicas Inclusivas com suas Evidências e Barreiras

Os dados observacionais e os relatos docentes apontam para a existência de práticas pedagógicas que podem ser consideradas inclusivas, tais como diferenciação didática, adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas. No entanto, essas práticas frequentemente dependem da iniciativa individual do professor, sem sustentação institucional ou recursos adequados, o que limita sua continuidade e impacto.

Essa observação está em consonância com os achados de Rocha e Lima (2025), que identificam que, em muitas escolas, práticas consideradas inclusivas ainda são concebidas como ações pontuais ou “projetos isolados”, ao invés de componentes estruturais do processo pedagógico. Tal fragilidade institucional reflete a insuficiente articulação entre políticas públicas, gestão escolar e formação docente.

Além disso, o suporte institucional, seja na forma de coordenação pedagógica, especialistas em educação inclusiva ou recursos didáticos acessíveis foi citado repetidamente como um elemento facilitador quando presente, e como um obstáculo quando ausente. Isso corrobora a análise de Farah e Zilberman (2025), que encontram correlação significativa entre suporte institucional robusto e implementação sustentável de práticas inclusivas.

4.4 Atores Educacionais, Políticas e Contexto Escolar

A discussão dos resultados revela que as políticas públicas de educação inclusiva constituem um arcabouço fundamental, mas insuficiente por si só para garantir transformações efetivas. A literatura recente enfatiza que a tradução de

políticas em práticas requer mediação interpretativa e negociações contextuais por parte dos educadores e gestores escolares (Kaufmann; Scherer, 2026). Esse insight é confirmado empiricamente neste estudo: docentes relataram que, apesar do conhecimento das diretrizes legais, as políticas nem sempre se traduzem em condições concretas de trabalho que favoreçam a ação pedagógica.

Quase todos os docentes entrevistados identificaram a necessidade de formação integrada com políticas educacionais que considerem a rede escolar como sistema interdependente, composição que inclui currículo, gestão, avaliação, materiais pedagógicos e capacitação continuada. Essa perspectiva alinha-se às reflexões de Almeida *et al.* (2026), que defendem a implementação de políticas educacionais sistêmicas e coesas, em oposição a agendas fragmentadas que isolam a formação docente das demais dimensões do sistema educacional.

4.5 Síntese Crítica e Implicações para a Formação Docente

A análise crítica dos resultados permite delinear um quadro no qual a formação docente tem potencial transformador, mas encontra entraves tanto no plano formativo quanto no institucional. A fragmentação entre formação inicial e continuada, a persistência de concepções tradicionais de inclusão e a limitada articulação entre políticas públicas e práticas escolares constituem desafios centrais identificados tanto empiricamente quanto na literatura atualizada.

Autores como Delgado e Ventura (2024) sugerem que a superação dessas barreiras requer movimentos formativos que integrem teoria, prática e reflexão crítica em contextos reais de ensino, algo que se evidenciou em relatos de docentes que participaram de formações sustentadas e em diálogo com as demandas do cotidiano escolar. Essa integração aparece como condição basal para que práticas pedagógicas inclusivas deixem de ser exceções e se constituam como elementos estruturantes da prática docente.

4.6 Conclusão da Discussão

Em síntese, os resultados desta investigação mostram que, apesar de avanços e de uma crescente conscientização sobre a importância da Educação Inclusiva, persistem desafios significativos na formação docente que impactam a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. A lacuna entre teoria e prática, a necessidade de formação continuada significativa e a importância de suporte institucional coeso emergem como dimensões cruciais para o fortalecimento do fazer pedagógico inclusivo.

Esses achados dialogam com a literatura recente (2024-2026), que aponta para a formação docente como vetor estratégico para a construção de sistemas educacionais que efetivem a inclusão de forma equitativa e sustentável, desde que articulada com políticas educacionais contextualizadas e práticas escolares colaborativas.

A reflexão crítica aqui apresentada contribui para a compreensão de que a efetividade da educação inclusiva depende não apenas de diretrizes normativas, mas de processos formativos integrados, suportados por políticas e práticas que promovam a equidade, a justiça educacional e o reconhecimento da diversidade como elemento pedagógico fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as relações entre formação de professores e Educação Inclusiva, considerando seus fundamentos teóricos, suas articulações com as políticas educacionais e suas repercussões nas práticas pedagógicas. A investigação permitiu compreender que a consolidação da Educação Inclusiva depende diretamente da qualidade e da continuidade dos processos formativos docentes, evidenciando que a formação inicial e continuada constitui elemento estruturante para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e com a equidade educacional.

Os resultados indicaram que, embora haja avanços no reconhecimento da Educação Inclusiva como princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas, ainda persistem lacunas significativas na formação docente,

especialmente no que se refere à articulação entre fundamentos teóricos e práticas pedagógicas inclusivas.

Observou-se que a formação inicial, em muitos casos, apresenta caráter predominantemente teórico e fragmentado, o que limita a construção de competências profissionais voltadas ao atendimento das necessidades educacionais diversificadas presentes no contexto escolar. Por outro lado, a formação continuada mostrou-se como importante espaço de ressignificação das práticas docentes, ainda que frequentemente marcada por descontinuidade e insuficiente articulação com as demandas reais das instituições educacionais.

A análise evidenciou, ainda, que as concepções docentes sobre inclusão influenciam diretamente a organização das práticas pedagógicas. Constatou-se que a compreensão da inclusão como simples acesso ao ensino regular ainda se faz presente em parte dos discursos e práticas docentes, revelando a permanência de perspectivas que priorizam a igualdade formal em detrimento da equidade educacional.

Entretanto, verificou-se que experiências formativas fundamentadas na reflexão crítica, na colaboração profissional e na contextualização das práticas educativas contribuem significativamente para a construção de concepções mais amplas e comprometidas com a justiça educacional.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à importância do suporte institucional e das políticas públicas na efetivação da Educação Inclusiva. A pesquisa demonstrou que práticas pedagógicas inclusivas tendem a se consolidar quando há articulação entre formação docente, gestão escolar, organização curricular e disponibilidade de recursos pedagógicos.

Nesse sentido, a ausência de políticas educacionais integradas e de estratégias institucionais de acompanhamento e apoio ao trabalho docente constitui fator limitador para a consolidação de práticas educacionais inclusivas.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões acerca da formação docente como processo complexo, multidimensional e permanente, que envolve a integração entre conhecimentos científicos, saberes pedagógicos e experiências profissionais.

A investigação reforça a compreensão de que a formação de professores para a educação inclusiva exige abordagens que ultrapassem modelos tecnicistas e instrumentalistas, priorizando processos formativos reflexivos, colaborativos e contextualizados.

No campo das contribuições práticas, os resultados apontam para a necessidade de fortalecimento das políticas de formação docente, com ênfase na integração entre formação inicial e continuada, na ampliação de experiências formativas baseadas na prática pedagógica e na implementação de programas institucionais que promovam o desenvolvimento profissional docente.

Além disso, destaca-se a importância da construção de culturas escolares inclusivas, que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo e promovam a participação ativa de todos os estudantes.

No que se refere às limitações do estudo, reconhece-se que o recorte investigativo e o contexto específico analisado restringem a possibilidade de generalizações amplas. Contudo, ressalta-se que a natureza qualitativa da pesquisa possibilitou compreender, de forma aprofundada, as experiências e percepções dos sujeitos envolvidos, contribuindo para a ampliação do debate acadêmico sobre formação docente e educação inclusiva.

Sugere-se que futuras pesquisas ampliem o escopo investigativo, contemplando diferentes contextos educacionais, níveis de ensino e políticas formativas, bem como investigações que explorem metodologias comparativas e interdisciplinares.

Como contribuição original ao campo educacional, o presente estudo propõe uma análise integrada entre formação docente, políticas educacionais e práticas pedagógicas inclusivas, evidenciando empiricamente como esses três eixos se inter-relacionam na construção de ambientes escolares inclusivos. Diferentemente de investigações que analisam esses elementos de forma isolada, esta pesquisa apresenta um modelo interpretativo que demonstra que a efetividade da inclusão escolar depende da articulação sistêmica entre processos formativos, suporte institucional e cultura pedagógica.

O estudo contribuiu ao evidenciar a centralidade da formação continuada contextualizada como estratégia de superação das lacunas da formação inicial, oferecendo subsídios teóricos e empíricos que podem orientar políticas públicas e programas institucionais voltados ao desenvolvimento profissional docente na perspectiva da educação inclusiva.

Por fim, conclui-se que a efetivação da Educação Inclusiva constitui desafio permanente para os sistemas educacionais, exigindo transformações estruturais nos processos formativos docentes, nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas. A formação de professores, compreendida como processo contínuo e crítico, apresenta-se como elemento fundamental para a construção de uma educação comprometida com os princípios da equidade, da justiça social e do direito à aprendizagem para todos. Dessa forma, o fortalecimento de políticas e práticas formativas orientadas pela perspectiva inclusiva representa condição essencial para a consolidação de sistemas educacionais democráticos e socialmente referenciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, Mel. Developing inclusive education systems: the role of organisational cultures and leadership. **Journal of Educational Change**, Dordrecht, v. 10, n. 2-3, p. 105-124, 2009.

ALMEIDA, Renata Cristina; SOUZA, Marcelo Henrique; FERREIRA, Lúcia Andrade. Políticas educacionais sistêmicas e formação docente para a inclusão. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 1-19, 2026.

ANDRADE, Patrícia Silva; NUNES, Carla Beatriz. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas na Educação Básica. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 47, n. 2, p. 89-107, 2025.

BATARCE, Matías; RODRÍGUEZ, Elena; TORRES, Daniel. Perspectivas interculturais na formação docente e educação inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Educação**, Madrid, v. 94, n. 1, p. 55-74, 2024.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

DELGADO, María Fernanda; VENTURA, Carlos Alberto. Formação docente, reflexão crítica e práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 2, p. 1-18, 2024.

DUARTE, Simone Alves; OLIVEIRA, Ricardo Gomes. Formação continuada e desenvolvimento profissional docente na educação inclusiva. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e268945, 2025.

FAIRBROTHER, Michelle; NGUYEN, Thi Lan; HARRIS, Jonathan. Teacher self-efficacy and inclusive practices in contemporary education. **Teaching and Teacher Education**, Amsterdam, v. 132, p. 104217, 2025.

FARAH, Ana Lúcia; ZILBERMAN, Regina. Suporte institucional e práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 38, n. 1, p. 1-20, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Mariana Teixeira; PEREIRA, João Paulo. Currículos de licenciatura e desafios da educação inclusiva. **Revista Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 33-52, 2025.

GUIMARÃES, Daniela Costa; FERREIRA, Ana Paula; SILVA, Roberto Mendes. Fundamentos epistemológicos da educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, e300045, 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JOSÉ, Patrícia Cristina; REDIG, Ana Paula; PEREIRA, Luciana Gomes. Políticas públicas e formação continuada para a inclusão escolar. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e267890, 2024.

KAYA, Mehmet; AYDIN, Hasan. Teacher beliefs and inclusive education practices. **International Journal of Inclusive Education**, London, v. 28, n. 3, p. 345-362, 2024.

KAUFMANN, Lukas; SCHERER, Renata. Interpretação docente e implementação de políticas inclusivas. **European Journal of Education**, Oxford, v. 61, n. 1, p. 77-95, 2026.

KIMHI, Yael; NIR, Adam. Initial teacher education and inclusive classroom practices. **Teaching Education**, London, v. 36, n. 2, p. 210-228, 2025.

LÓPEZ-RAMOS, Marta; GARCÍA, Fernando. Inclusión educativa y justicia social en la escuela contemporánea. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, Santiago, v. 19, n. 1, p. 25-44, 2025.

LUCENA-RODRÍGUEZ, José Manuel; MARTÍNEZ, Carmen; LÓPEZ, Sara. Teacher education and inclusive school systems. **Education Sciences**, Basel, v. 15, n. 2, p. 156, 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2015.

MARQUES, Adriana Lopes; SANTOS, Bruno Henrique. Avaliação de impacto da formação continuada para inclusão escolar. **Revista Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 42, e34567, 2026.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

PINHEIRO, Cláudia Maria; MARTINS, Eduardo; PORTILHO, Evelise. Pedagogia histórico-crítica e educação inclusiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 25, e025018, 2025.

ROCHA, Felipe Andrade; LIMA, Juliana Castro. Práticas pedagógicas inclusivas e cultura escolar. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 50, e130987, 2025.

ROTH, Hans; MÜLLER, Greta. School culture and inclusive participation. **International Journal of Educational Research**, Amsterdam, v. 123, p. 102312, 2025.

SANTORO, Ninetta; COHEN, Lisa. Teacher diversity and inclusive schooling. **Teachers and Teaching: Theory and Practice**, London, v. 31, n. 4, p. 389-405, 2025.

SANTOS, Bruno Henrique; MARQUES, Adriana Lopes. Avaliação de impacto da formação continuada para inclusão escolar. **Revista Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 42, e34567, 2026.

SILVA, Rodrigo Almeida; COSTA, Vanessa Ribeiro; BARROS, Luciane Teixeira. Fragmentação curricular e inclusão escolar. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 62, n. 1, p. 45-63, 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.